

Handwritten signature
Associação
dos Balurcos

Associação
de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Arte
dos Balurcos

**Prestação de Contas de Gerência
do Exercício Económico
de 2017**

Relatório de Gestão



1. Enquadramento institucional

A Associação de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Arte dos Balurcos, (adiante designada por Associação), é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, com sede na Ex-Escola Primária de Balurcos, união de freguesias Alcoutim e Pereiro, concelho de Alcoutim, que tem como objetivos:

- ✓ Principais – a proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- ✓ Secundários – desenvolver atividades nas áreas cultural, desportiva, recreativa e artística, com vista à promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade.

2. Atividades

Neste exercício a Associação desenvolveu um conjunto de atividades com vista a atingir o objetivo principal, inscrito nos seus estatutos, ou seja, a exploração das valências lar. Durante o ano em análise o principal objetivo da existência da associação foi concretizado, isto significa que funcionou a valência de lar com o objetivo de proteger os cidadãos na sua velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. A infraestrutura tem uma capacidade para albergar 35 utentes, tendo esta valência acordo de cooperação celebrado com Instituto de Segurança Social.

Ao longo do ano foram realizadas atividades de e para os utentes, de forma a promover o seu bem-estar físico, mental, social e pessoal objetivando a melhoria da sua qualidade de vida.

As atividades desenvolvidas foram nas mais diversas tipologias, de entre as quais: a comemoração das Janeiras; um baile de Carnaval; a comemoração dos dias do Pai, da Mãe e da mulher; a comemoração da Páscoa; o dia do idoso; a festa dos Santos Populares; o magusto de São Martinho; a festa de Natal, etc

A Associação desenvolveu um trabalho de parceria com a comunidade em que está inserida, através da cedência de algumas infraestruturas desta para a receção dos caminhanes da Via Algarviana, para a reunião da comunidade Cristã, entre outros.

A direção assumiu decisões estratégicas e operacionais para que esta e os sócios fossem parte integrante e fundamental de todas as atividades planeadas e desenvolvidas visando a sua concretização, recordando-se as seguintes:

- ✓ Decisões estratégicas – consideradas essencialmente as inerentes a uma visão global de médio e de longo prazo, para cumprir a missão estatutária, devendo envolver a formação da decisão;
- ✓ Decisões operacionais – tomadas com frequência, vocacionadas para resolver situações de curto prazo, sendo estas decisões sempre enquadradas nos objetivos estratégicos, visando dar cumprimento à missão estatutária.

É nesta perspetiva que a Associação se rege, realizando um ciclo de reuniões periódicas, das quais destacamos:

- ✓ As Assembleias Gerais, em sessão ordinária, destinadas a apreciar e a votar os seguintes assuntos:
 - Relatório de Gestão e Análise das Contas de Gerência;
 - Plano de Atividades e o Orçamento.
- ✓ Reuniões de Direção, para tratar dos mais variados assuntos relacionados com a atividade da Associação.

3. Valor Humano

Este ponto é de valorizar, pois verificou-se um forte empenhamento dos sócios no desenvolvimento das atividades propostas pela Direção, sendo este trabalho prestado em regime de voluntariado.

A Associação conta atualmente com 18 funcionários para o funcionamento da valência de lar. Ao longo do ano de 2017 esta teve que recrutar colaboradores para várias áreas funcionais, das quais destacamos, várias ajudantes de ação direta e uma enfermeira. Para o preenchimento de algumas destas vagas a Associação recorreu às pessoas que integravam a lista de desempregados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a finalidade de beneficiar das Medidas Estimulo 2017.

[Handwritten signatures and initials]

4. Económico e Financeiro

4.1. Investimentos

A associação realizou investimentos em diversos equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades inerentes à laboração das valências de lar.

4.2. Financiamento

Para a construção do edifício onde estão albergada a valência de lar, formalizou-se uma candidatura ao Programa Operacional do Potencial Humano (adiante designado por POPH), na sua medida 8.6.12 Programa de Investimento em Respostas Integradas de Apoio Social, a qual foi aprovada.

A Associação como não dispunha de recursos financeiros suficientes para fazer face a um investimento desta magnitude teve que recorrer ao financiamento bancário para suportar o investimento não financiado pelo referido programa. A entidade bancária parceira do projeto é a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio CRL.

5. Cooperação

A cooperação é uma atitude natural entre todos os seres vivos, utilizada em todas as circunstâncias da vida, mesmo que os seus utentes e beneficiários não a equacionem como tal. Por estas razões, optámos por pormenorizar o Relatório, como forma de informar todos os sócios das atividades desenvolvidas pela Associação, mas também para:

- ✓ Registrar a diversidade dos assuntos e a polivalência técnica exigida à equipa diretiva, aos sócios e aos colaboradores da Associação, para responder às múltiplas solicitações para que foram chamados ao longo do exercício em análise;
- ✓ Registrar o apoio atribuído pelo Município de Alcoutim, apoio este, a nível financeiro.

6. Conclusões

A Associação mantém e/ou aumentou a sua imagem de confiança junto dos vários parceiros económicos e sociais com quem se relaciona.

Esta apresenta um nível de endividamento aceitável perante a banca. O nível de créditos, para a Associação, perante programas que financiam os recursos humanos, é também razoável.

A Direção quer ainda expressar o seu agradecimento:

- ✓ Aos fornecedores e prestadores de serviços com quem nos relacionamos;

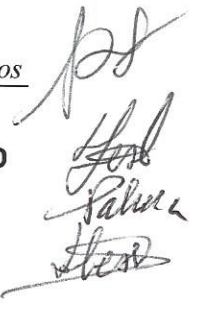
- ✓ À administração local, em particular ao Município de Alcoutim;
- ✓ À entidade financeira Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, CRL;
- ✓ Às entidades e outras associações com quem nos relacionamos;
- ✓ À equipa de colaboradores/funcionários por todos os esforços realizados para manter o bom funcionamento das valências;
- ✓ Aos restantes Membros dos Órgãos Sociais;
- ✓ Aos associados.

É justo reconhecer o esforço realizado, a competência demonstrada, a vontade de servir a sociedade mais desfavorecida e o aumento das nossas competências, que tem como corolário um incremento do valor intrínseco da nossa Associação.

Balurcos, 29 de março de 2018

A Direção

Henrique Vicente
Manuel Joaquim Aguiar Costa
Henrique Balur
Luís Balur



**ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO
ECONÓMICO DE 2017**

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Denominação da Entidade:

Associação de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Arte dos Balurcos, número de identificação fiscal 504759213.

1.2 Lugar da Sede Social:

Ex-Escola Primária de Balurcos, em Cerro de Balurcos, união de freguesias de Alcoutim e Pereiro, concelho de Alcoutim.

1.3 Lugar de Estabelecimento:

Lar e Centro de Dia Maria Ribeiro Vicente, em Balurcos de Baixo, união de freguesias de Alcoutim e Pereiro, concelho de Alcoutim.

1.4 Natureza da Atividade:

Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho e o seu âmbito de ação abrange os associados e comunidade.

Desenvolve ainda, atividades nas áreas culturais, desportivas, recreativas e artes com vista à promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Indicação do referencial contabilístico:

A Associação, enquanto entidade sujeita ao sistema de normalização contabilística para as Entidades Sem Fins Lucrativos (adiante designada por SNCESNL) é obrigada a apresentar as demonstrações financeiras mencionadas no artigo 11.º do Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNCESNL. Foram preparadas em obediência aos princípios contabilísticos e respeitam as características qualitativas de relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A Associação procedeu à elaboração do Balanço, da Demonstração de Resultados por Natureza e da Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método direto.

Todas as contas do Balanço e da Demonstração de Resultados sofreram alterações devido às operações comerciais executadas durante o exercício económico, em relação ao ano de 2017. As demonstrações financeiras estão expressas em Euros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Principais políticas contabilísticas:

No presente exercício não ocorreram mudanças de políticas ou critérios contabilísticos, pelo que os valores das contas do exercício de 2017 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício anterior.

As bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão subjacentes ao processo de determinar as quantias monetárias, pelas quais os elementos destas foram reconhecidas e inscritos no balanço e na demonstração de resultados, baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa ou equivalente de caixa paga, ou ainda pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca das obrigações, ou em algumas circunstâncias, pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que tenham sido pagas ou a pagar para satisfazer o passivo no decurso normal da atividade económica.

A Associação regista a aquisição dos seus ativos fixos pelo valor líquido, salvo nos casos em que o valor de IVA é elegível para efeito de solicitação de Reembolso, nestas situações o valor de aquisição dos ativos é inscrito pelo seu valor ilíquido.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados pelo respetivo custo histórico de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor e as respetivas despesas diretas associadas à compra. As depreciações dos ativos são contabilizadas a partir do exercício, inclusive, em que os respetivos bens entram em funcionamento, sendo calculadas pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas referidas nas tabelas anexas ao Decreto Regulamentar nº 2/90 de 12 de janeiro e ao Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

Em resumo as taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

	Taxa
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	5% - 10%
Equipamento básico	12,5% - 20%
Equipamento administrativo	12,5% - 25%
Outros ativos tangíveis	12,5% - 20%

De acordo com o art.º 19º, do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, os elementos do ativo sujeitos a depreciação, cujo valor unitário de aquisição não ultrapasse 1.000,00€ podem ser totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, assim adotou-se esta norma para todos os elementos do investimento realizado.

5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

5.2 Divulgações para cada classe de ativos fixos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis encontram-se contabilizados pelo respetivo custo histórico de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor e as respetivas despesas diretas associadas à compra. As amortizações dos ativos são contabilizadas a partir do exercício, inclusive, em que os respetivos bens entram em funcionamento, sendo calculadas pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas referidas nas tabelas anexas ao Decreto Regulamentar nº 2/90 de 12 de janeiro e ao Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

Em resumo as taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

	Taxa
Programas de computador	33,33%
Outros ativos intangíveis	33,33%

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos

Para a construção do edifício onde estão albergadas as valências de lar, de centro dia e serviço de apoio domiciliário, formalizou-se uma candidatura ao Programa Operacional do Potencial Humano (adiante designado por POPH), na sua medida 8.6.12 Programa de Investimento em Respostas Integradas de Apoio Social, a qual foi aprovada.

A Associação como não dispunha de recursos financeiros suficientes para fazer face a um investimento desta magnitude teve que recorrer ao financiamento bancário para suportar o investimento não financiado pelo referido programa. A entidade bancária parceira do projeto é a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio CRL.

A quantia solicitada foi de 947.050,00€ por um período adequado à estrutura do investimento.

7. INVENTÁRIOS

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários:

O sistema de inventário que é utilizado para apuramento dos stocks em armazém e dos resultados apurados é o inventário intermitente ou periodico, uma vez que só são determináveis os stocks através de inventariações diretas dos valores em armazém. Pois só através de uma contagem física para conhecimento dos produtos em armazém é que se consegue identificar os valores dos mesmos.

Os critérios de valorimetria utilizados são realizados pelo custos cronológico direto, FIFO, em que os custos dos materiais vendidos e consumidos são valorizados pelos preços de aquisição mais antigos, sendo que conseqüentemente, as existências em armazém são valorizadas aos preços mais recentes.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito:

Os custos e proveitos foram registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registados nas rubricas de diferimentos.

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1 Subsídios:

Os subsídios ao investimento são contabilizados como proveito, inscritos na conta outras variações de fundos patrimoniais e transferidos para o apuramento do exercício numa base sistemática pelo correspondente valor anual da taxa de depreciação/amortização dos investimentos a que respeitam.

Os subsídios à exploração atribuídos por entidades públicas são reconhecidos nas demonstrações financeiras, contabilizados como proveitos, inscritos na conta subsídios à exploração.

As principais entidades participantes são:

- o Instituto da Segurança Social;
- a administração local, em particular ao Município de Alcoutim;
- o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

10. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

10.1 Número médio de empregados:

No final do exercício, em análise, existiam 18 funcionários na instituição estando integrados na valência de lar.

10.2 Número de membros dos órgãos de administração:

A Direção é composta por 5 elementos e todo o trabalho desenvolvido é prestado em regime de voluntariado, não recebendo por isso qualquer remuneração.

jos
jos
jos
jos

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

O saldo de caixa e seus equivalentes tiveram um aumento no montante de 12.231,45€, originados pelo desenvolvimento da atividade operacional da valência de lar.

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários apresentam um saldo de 350.678,97€, no final do período em apreço.

BALANÇO

Nota 1. Ativos Tangíveis, Intangíveis e respetivas depreciações e amortizações

Ativos Tangíveis: Durante este exercício houve aquisição de equipamentos básicos num valor de 1.975,29€.

Temos a referir que os valores de todas as outras rubricas se mantiveram inalteráveis.

Ativos Fixos Intangíveis: A Associação não adquiriu ativos fixos intangíveis, durante o ano de 2017.

Com o funcionamento todos os bens estão sujeitos ao seu normal desgaste, pelo que ficam afetos a um processo depreciativo com o passar do tempo. Assim, todos os bens da Associação sofreram depreciações/amortizações, totalizando estas, neste exercício, o valor de 98.332,96€.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e respetivas depreciações/amortizações são apresentados como segue:

Ativos Tangíveis e Intangíveis

Valores em Euros	Saldo em 31.12.16	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo em 31.12.17
Ativo bruto					
Ativos Tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	4.016,00	-	-	-	4.016,00
Edifícios e outras construções	1.718.288,30	-	-	-	1.718.288,30
Equipamento básico	218.712,01	1.975,29	-	-	220.687,30
Equipamento de transporte	8.900,00	-	-	-	8.900,00
Equipamento administrativo	16.538,53	-	-	-	16.538,53
Outros ativos tangíveis	7.739,01	-	-	-	7.739,01
Ativos tangíveis em curso	0,00	-	-	-	0,00
Total	1.974.193,85	1.975,29	-	-	1.976.169,14
Ativos Intangíveis					
Projetos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	6.536,06	-	-	-	6.536,06
Goodwill	-	-	-	-	-
Total	6.536,06	-	-	-	6.536,06
Total de Ativo Bruto	1.980.729,91	1.975,29	-	-	1.982.705,20

	Saldo em 31.12.16	Reforço	Alienações	Regularizações	Saldo em 31.12.17
Depreciações/Amortizações Acumuladas					
Ativos Tangíveis					
Edifícios e outras construções	441.939,21	79.665,19	-	-	362.274,02
Equipamento básico	149.050,80	18.667,77	-	-	130.683,64
Equipamento de transporte	0,00	-	-	-	0,00
Equipamento administrativo	16.538,52	-	-	-	14.679,10
Outros ativos fixos tangíveis	7.739,02	-	-	-	7.739,02
Total	615.267,55	98.332,96	-	-	713.600,51
Ativos Intangíveis					
Programas de computador	6.536,06	-	-	-	6.536,06
Total	6.536,06	-	-	-	6.536,06
Total das Depreciações/Amortizações Acumuladas	621.803,61	98.332,96	-	-	720.136,57
Valor líquido	<u>1.358.926,30</u>				<u>1.262.568,63</u>

Nota 2. Outros Ativos Financeiros:

Nesta rubrica registam-se os investimentos obrigatórios no âmbito da Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto, referentes ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). É um fundo de capitalização individual, autónomo, dotado de personalidade jurídica, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

Nesta data o valor em outros ativos financeiros gerados pelo FCT é de 3.040,82€.

Nota 3. Inventários

No final do exercício, foi realizada a contagem física dos bens e valorizadas as existências em stock no valor de 1.725,35€, inerente ao sistema de inventário intermitente.

Nota 4. Clientes/Utentes

Existem utentes que têm mensalidades em atraso e outros que pagam em adiantamento. Existem também utentes que não transferem o valor do pagamento exatamente igual ao valor

da fatura, ficando com pequenos valores em dívida e /ou excesso, pretende-se que esta situação seja regularizada.

O total do valor em dívida ascende a 5.756,63€.

Nota 5. Estado e outros entes públicos

Ativo – A Associação solicitou o reembolso de IVA junto da Autoridade Tributária, pois apesar de ser uma entidade isenta de IVA, enquanto IPSS pode solicitar a restituição de 50% do IVA, relativo às aquisições de bens e serviços de alimentação e bebidas, no âmbito da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, sendo o montante em solicitado de 4.950,83€.

No que diz respeito a impostos de retenção na fonte o saldo apresenta-se devedor, devido ao facto de ter sido efetuado um pagamento no valor superior ao devido no ano de 2015. Solicitou-se o reembolso do montante remanescente e o mesmo foi diferido no entanto ainda se aguarda que seja regularizado.

Passivo - A Associação no final do exercício em análise apresenta um saldo credor perante o Estado e Outros Entes Públicos, sendo respeitantes a contribuições relativas ao mês de dezembro (SS+FCT), as quais serão entregues às entidades públicas devidas durante o mês de janeiro do ano de 2018.

Nota 6. Contas a receber

Nesta conta não se observam saldos.

Nota 7. Diferimentos

Ativo - Encontra-se registado na conta Gastos a Reconhecer, o valor do seguro da viatura e do edifício onde está instalada a valência lar, pago em 2017, mas correspondente à parte do ano de 2018, sendo reconhecidos como custos no próximo exercício económico, no valor de 3.064,20€.

Passivo - Está registado na conta Rendimentos a Reconhecer o valor de subsídio atribuído pelo IEFP às candidaturas de colaboradores ao Estimulo 2016 e 2017, valor este, que o IEFP reconheceu através de notificação a esta instituição, assumindo que iria pagar à associação pelo recrutamento dos colaboradores, até então desempregados e registados naquele instituto, o montante de 10.351,87€, sendo considerando o IEFP uma entidade credora da Associação.

Está ainda registado nesta conta o pagamento respeitante a quotas antecipadas de sócios do ano de 2018, no valor de 24,00€.

Nota 8. Outras Variações de Fundos Patromoniais

A Associação com o intuito de criar um edificado para desenvolver as valências de lar, de centro de dia e de serviço de apoio domiciliário viu aprovado um financiamento pelo POPH, medida 8.6.12, Programa ao Investimento em Respostas Integradas de Apoio Social, tendo por reconhecer como proveitos em exercícios seguintes, o montante 686.880,12€, relativo à construção do edifício e 15.090,50€ respeitantes à aquisição de equipamento para o mesmo.

Nota 9. Empréstimos Obtidos

Passivo não Corrente - A Associação para fazer face à construção do edifício, teve que recorrer a um empréstimo bancário de longo prazo, após ter realizado algumas amortizações em anos anteriores, o valor ascendia a 755.114,01€ no início do ano. Durante este exercício procedeu a amortizações trimestrais de capital que atingiu, no total, o valor de 50.974,49€. No final do exercício o valor em dívida é de 704.139,52€.

Passivo Corrente - O IEFP aprovou diversas candidaturas, consideradas nesta rubrica para efeitos de balanço, com o objetivo de financiar, através de subsídio não reembolsável, a contratação de colaboradores para a instituição desempregados e inscritos neste, no montante de 10.327,87€.

Nota 10. Fornecedores

Encontram-se no final do exercício faturas em dívida no valor de 17.921,04€. Muitos dos pagamentos não foram efetuados, pelo facto de que as faturas chegaram à instituição nos últimos dias do ano de 2017 e nos primeiros dias do ano de 2018.

Nota 11. Outras Contas a Pagar

O saldo desta conta é originado pela diferença entre o que a Associação tem a pagar e a receber no final do exercício.

Há a dizer que a Associação tem:

Existem pagamentos a efetuar de valores que estão à guarda da Associação, nomeadamente uma penhora de vencimento, que diz respeito ao mês de dezembro;

Estão processadas para a conta remunerações a liquidar valores respeitantes a férias ganhas pelos funcionários, com contrato sem termo, em 2017 que apenas irão gozar em 2018, contabilizadas pelos custos acrescidos dos encargos, no valor de 7.351,73€;

Crédito de um fornecedor de imobilizado, no montante de 937,26€, situação originada por pagamento excessivo, a qual se pretende que seja regularizada em breve;

Importa ainda referir que houve utentes que entregaram consecutivamente valores em excesso para o pagamento de mensalidades, ascendendo estes ao montante de 2.523,00€, sendo a situação regularizada em breve.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Nota 1 . Prestação de Serviços

Nesta conta está registado o proveito das quotas dos associados, no montante de 630,00€, bem como da prestação de serviços aos utentes da valência de lar, no montante de 257.424,84€ e pela prestação de cuidados secundários originados pelo fornecimento de fraldas aos utentes, no montante de 17.220,66€.

Nota 2. Subsídios à Exploração

O Município de Alcoutim assinou com a Associação um acordo de colaboração com o objetivo de atribuir uma comparticipação financeira para fazer face a despesas de funcionamento das desta instituição, no montante de 95.000,00€.

O Instituto da Segurança Social celebrou um acordo de cooperação com a Associação para financiar a integração de utentes. Transferiu uma comparticipação total de 148.358,22€, referentes à comparticipação da estadia de 29 utentes da valência de Lar e o complemento para vagas reservadas para a Segurança Social.

Durante os anos de 2016 e 2017 celebram-se diversos contratos com o Instituto de Emprego e formação Profissional com o intuito de fomentar a empregabilidade. No ano em análise foram registados recebimentos referentes a Contratos de Estimulo Emprego, no valor de 9.027,21€, Contrato Emprego Inserção +, no montante de 729,94€ e Cheque Formação, na quantia de 612,50€, cujo intento foi o apoio à contratação de técnico para o desenvolvimento e implementação da valência de lar.

Verificam-se diversas doações de particulares à instituição, no valor de 442,75€.

ps
Hilma
Hilma

Nota 3. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nesta rubrica foram inscritos os custos das matérias primas, subsidiárias e de consumo que concorrem para a atividade. Os bens registados são materiais diversos necessários para uso diário dos utentes, na a sua higiene, como fraldas, produtos de higiene e material médico descartável.

Com a realização do inventário no final do exercício foi determinado o valor das existências em stock, sendo o remanescente contabilizado nesta rubrica.

Nota 4. Fornecimentos e Serviços Externos

Nesta rubrica foram inscritos uma gama bastante diversificada de atividades relativas à aquisição de bens de consumo imediatos e de serviços prestados por terceiros.

Nota 5. Gastos com Pessoal

Nesta rubrica registaram-se todas a remunerações de carácter fixo e periódico atribuídos aos recursos humanos da Associação, bem como os encargos sociais da entidade e os gastos de carácter social obrigatórios. Foram inscritos ainda, os seguros relativos aos recursos humanos e os custos respeitantes ao Fundo de Garantia de Compensação Salarial.

Nota 6. Outros Rendimentos e Ganhos

Nesta rubrica estão considerados a imputação dos subsídios ao investimento no valor de 51.280,08€, regularizações do exercício anterior, no montante de 529,84€ e um desconto de pronto pagamento de 0,03€. Foram ainda, registados 26.060,00€ referentes a um subsídio atribuído pela autarquia de Alcoutim, no ano de 2016, mas em que só foi emitido o documento de quitação no ano de 2017, 60,00€ de quotas de anos anteriores e 0,02€ referentes a regularizações de fim de exercício, bem como a contabilização dos juros obtidos com o depósito a prazo existente ca Caixa de Crédito Agrícola, no valor de 1.117,81€.

Nota 7. Outros Gastos e Perdas

O valor registado nesta rubrica diz respeito a gastos com impostos, no valor de 1.686,64€ e outros não especificados, no valor de 450,00€, nomeadamente, imposto de selo, taxas, multas não fiscais, nomeadamente do IGFSS. Foram suportadas quotas enquanto sócio da URIPSS

Algarve, no valor de 492,94€, bem como outros gastos e perdas, no valor de 2,30€. Estão ainda, registadas correções de exercícios anteriores no montante de 1.510,88€.

Nota 8. Gastos /Reversões de Depreciação e de Amortização

Ver Nota 1 do anexo ao Balanço

Nota 9. Juros e Gastos Similares Suportados

A Associação para a construção do edifício onde estão instalada a valência de lar teve que recorrer a um empréstimo de longo prazo. Pela utilização do capital a Associação suportou um custo de juros, no valor de 41.791,26€. Teve a Associação que suportar um custo com juros de mora e juros com o FCT, respetivamente de 4,06€ e 0,72€.

Nota 10 . Imposto sobre o Rendimento

Face ao estatuto das entidades sem fins lucrativos a quem foi conferido todas as isenções e regalias pela Lei relativas às Pessoas Coletivas de Utilidade Pública, na qual a associação se enquadra, pelo que esta encontra-se isenta do pagamento de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no âmbito da sua atividade sem fins lucrativos, conforme estatuído na b) e c) do n.º 1 do art.º 10.º do código do IRC.

Nota 11. Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício é no valor de 36.050,22€. Esta situação é originada pelas receitas e pelas subsídios obtidos, nomeadamente receitas de lar, subsídios à exploração atribuídos pelo Município, pelo IEFP e pelo Instituto da Segurança Social devido ao protocolo de cooperação, bem como os subsídios ao investimento financiados pelo POPH.

Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no valor 36.050,22€ seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 14,00 de 2017

Rubricas	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	1	1.262.568,63	1.358.926,30
Outros activos financeiros	2	3.040,82	2.794,68
Subtotal		1.265.609,45	1.361.720,98
Activo corrente			
Inventários	3	1.725,35	3.861,68
Clientes	4	5.756,63	3.895,04
Estado e outros entes públicos	5	5.873,23	7.719,94
Outras contas a receber	6	0,00	1.263,00
Diferimentos	7	3.064,20	19,51
Caixa e depósitos bancários		350.678,97	338.447,52
Subtotal		367.098,38	355.206,69
Total do activo		1.632.707,83	1.716.927,67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados		159.440,01	187.610,49
Outras variações de fundos patrimoniais	8	701.970,62	753.250,70
Subtotal		861.410,63	940.861,19
Resultado liquido do exercicio		36.050,22	-28.170,48
Total do capital próprio		897.460,85	912.690,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	704.139,52	755.114,01
Subtotal		704.139,52	755.114,01
Passivo corrente			
Fornecedores	10	17.921,04	17.303,87
Estado e outros entes publicos	5	4.151,96	5.876,12
Financiamentos obtidos	9	-10.327,87	-1.662,50
Outras contas a pagar	11	9.010,46	25.726,96
Diferimentos	7	10.351,87	1.740,50
Subtotal		31.107,46	48.984,95
Total do Passivo		735.246,98	804.098,96
Total do capital próprio e do passivo		1.632.707,83	1.716.789,67

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas Paulo Teixeira

+ve 28766

Demonstração de resultados por naturezas em 13,00 de 2017

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	1	275.275,50	280.609,78
75		Subsídios à exploração	2	254.170,62	232.589,32
785+792	685	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conj		0,00	0,00
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3	-15.192,09	-12.594,71
	62	Fornecimentos e serviços externos	4	-165.656,99	-175.117,63
	63	Gastos com pessoal	5	-247.262,84	-263.741,42
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623;7627/8	653;657/8	Imparidade de Investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78...+791		Outros rendimentos e ganhos	6	78.987,78	58.474,75
	69-685+69...	Outros gastos e perdas	7	-4.142,76	-2.537,36
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		176.179,22	117.682,73
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8	-98.332,96	-100.112,43
7624/6	654/6	Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		77.846,26	17.570,30
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados	9	-41.796,04	-45.740,78
		Resultado antes de impostos		36.050,22	-28.170,48
	812	Impostos sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
		Resultado liquido do período	11	36.050,22	-28.170,48
		Resultado das actividades descontinuadas (liquido de impostos) inc. no resultado liquido do período			
		Resultado liquido do período atribuível: (*) Detentores do capital da casa mãe Interesses minoritários Subtotal Resultado por acção básico			

Contabilidade - (c) Primavera BSS

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas Paulo Teixeira

toe 78766

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		424.529,75	452.215,57
Pagamentos a Fornecedores		-192.121,44	-193.367,14
Pagamentos ao Pessoal		-236.707,46	-256.685,88
Caixa geradas pelas operações		-4.299,15	2.162,55
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		110.303,32	98.472,92
Fluxos das actividades operacionais (1)		106.004,17	100.635,47
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1.975,29	-3.974,68
Activos Intangíveis		0,00	-220,66
Investimentos financeiros		-1.090,46	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		940,99	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1.117,81	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-1.006,95	-4.195,34
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-50.974,53	-47.755,49
Juros e gastos similares		-41.791,24	-47.624,97
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-92.765,77	-95.380,46
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		12.231,45	1.059,67
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		338.447,52	337.387,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período		350.678,97	338.447,52

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas Carla Teixeira

TDC 78766